

Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes \*  
Archive, record and information: old and new supports

Ana Maria de Almeida CAMARGO \*\*

**Resumo:** O texto aqui republicado destaca-se pelo pioneirismo nas discussões sobre a inserção de documentos não textuais nos processos arquivísticos, no Brasil. Tem fundamental importância para a reflexão sobre os documentos fotográficos nos arquivos, dialogando e trazendo referências de outros autores da área, mostrando quão diversas são as abordagens e entendimentos desses suportes; também ressalta e reafirma a compreensão deles, no caso de arquivos, como documentos orgânicos. Para tanto, realiza um contraponto entre arquivistas, bibliotecários, documentalistas e profissionais de informática, mostrando que não há consenso quanto às definições e ao tratamento dos acervos documentais das diferentes áreas. [Resumo dos editores].

**Palavras-chave:** documento arquivístico não textual; tratamento documental arquivístico.

**Abstract:** This republished text stands out as a pioneer in discussions about the inclusion of non-textual documents in archival processes in Brazil. It has fundamental importance for the analysis about photographic documents in archives, dialoguing and bringing references from other authors of the field, showing how diverse could be the approaches and understandings about those supports, also emphasizing and reaffirming their configuration, in the case of archives, as organic documents. The study presents a counterpoint between archivists, librarians, documentalists and computer professionals, showing that there is no consensus about definitions and processing of documentary holdings of different areas. [Abstract by the editors].

**Keywords:** archival document processing; non-textual archival document.

A pretexto de avaliar o impacto que as novas formas de registro e transmissão da informação têm produzido no mundo dos arquivos, qualquer que seja o sistema de signos utilizado - a palavra escrita, a imagem e o som, individualmente ou associados -, gostaríamos de discutir alguns conceitos de base.

Nosso ponto de partida é o documento: a unidade constituída pela informação e seu suporte. E para definir informação incorremos em inevitável circularidade, já que por ela entendemos todo e qualquer elemento referencial contido num documento. Se a informação, nesse sentido, é parte integrante do documento, este, por sua vez, é parte de um coletivo muito especial a que denominamos

---

\* Trabalho apresentado no *Congresso Nacional do Gerenciamento da Imagem e Informação - Infoimagem*, ocorrido em São Paulo (SP), em agosto de 1992; originalmente publicado na *Revista Arquivo & Administração* (Camargo, 1994).

\*\* Professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em História Social pela USP. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8683852109548456>.

arquivo. Em sua acepção clássica, arquivo é o conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por processo de acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, e conservados em decorrência de seu valor. Que valor, poderíamos perguntar? Antes de qualquer outro, o valor informativo, o valor referencial. Fecham-se assim os elos que unem informação, documento e arquivo numa cadeia, como variáveis de um sistema. Mas é aqui que começam os problemas que nos levaram a escolher, como ponto de reflexão nesta oportunidade, o objeto da arquivística enquanto disciplina.

Não é preciso realizar, para tanto, grandes mergulhos no passado. Basta lembrar que a origem do arquivamento é a conservação de atos autênticos, a título de prova. Essa noção de prova, como afirmou Bruno Delmas (1987), não cessou de evoluir e de se alargar com o tempo. E os alargamentos sucessivos do ato de arquivar, para além dos documentos revestidos de autenticidade, foram realizados por uma espécie de extensão do domínio da prova àquele da memória, das fontes de referência e da informação, reforçando assim a cadeia inicialmente caracterizada. A prova por excelência era o documento textual, aquele “com sintaxe, continuidade narrativa e coerência discursiva” (Jacob, 1986), dotado de assinatura e outros sinais de validação<sup>1</sup>, registrado em papel ou suporte similar, cujo conteúdo podia ser trabalhado individualmente, como ação erudita, num tempo em que os arquivos representavam um volume de documentos infinitamente menor que os de hoje. As associações da prática arquivística de então, sobretudo com a diplomática e com os exercícios de crítica externa e interna preconizados pelos historiadores, fizeram recair sobre cada documento, em particular, e sobre cada informação nele contida o esforço de racionalidade que marcou profundamente o horizonte intelectual do século XIX.

À margem da postura atomizada que caracterizou boa parcela dos profissionais da área, principalmente aqueles preocupados com subsidiar a pesquisa histórica tal como concebida nos moldes do positivismo, desenvolveram-se os fundamentos de uma teoria arquivística que, partindo da formulação do princípio da proveniência, propôs-se objetos de dimensões mais amplas: fundos, grupos, séries. No processo de demarcação de seu domínio, os arquivistas tiveram que dialogar com bibliotecários, documentalistas e, mais recentemente, profissionais da informática - neologismo criado em 1962 para designar o conjunto das atividades cobertas na época pela mecanografia e pelo cálculo eletrônico e hoje consideravelmente ampliado, integrando e absorvendo todas as outras técnicas de registro, tratamento, armazenamento e comunicação da informação (Kozine, 1987).

Entre outros temas, o diálogo tem focalizado de modo insistente os chamados “novos arquivos”. A expressão - considerada imprópria por alguns, já que inclui o

---

<sup>1</sup> Sobre a assinatura e sua função (entre outras) de transformar um documento em ato jurídico, ver Fraenkel (1992).

produto de técnicas com mais de um século de existência, como a fotografia - designa os documentos que têm como característica comum o uso de suportes diferentes do papel. A extrema variedade de tais suportes (disco, disco magnético, disco ótico, filme, fita magnética, vídeo-disco) afetaria apenas, à primeira vista, o conjunto de medidas e procedimentos destinados a assegurar a proteção física dos arquivos contra agentes de deterioração. Todos sabemos dos cuidados especiais que exigem e ainda nos surpreendemos com a paradoxal fragilidade dos meios criados para encurtar a distância e abreviar o tempo na transmissão das informações. A comunicação abundante, variada, rápida, de fácil acesso e barata acaba por ser também o domínio do efêmero, porque alguns suportes se autodestroem, outros podem ser reutilizados e quase todos dependem da intermediação de instrumentos que rapidamente se tornam obsoletos, dentro do fenômeno que torna as informações e seu suportes cada vez mais dissociáveis (René-Bazin, 1989). Se há consenso entre os arquivistas, bibliotecários, documentalistas e profissionais da informática quanto aos problemas derivados da preservação dos suportes especiais, o mesmo não se pode dizer quanto à maneira de definir e tratar o universo documental de cada uma das áreas. O debate, nesse caso, assume um tom bastante polêmico, e vale a pena retratá-lo em suas linhas gerais.

Recordemos, para tanto, as palavras de Vital Chomel (1975): "Já é tempo de admitir que, paralelamente à arquivística do metro cúbico ou linear, que tem seus problemas específicos e suas incômodas estratégias, deve se instaurar - como mediação insubstituível entre historiadores e arquivistas - uma arquivística do sentido, que seja ao mesmo tempo decifradora dos dados documentários e questionadora das fontes adormecidas". Curiosas as expressões utilizadas: uma "arquivística do sentido" em oposição a uma "arquivística do metro cúbico ou linear"; nelas se resumem, na verdade, as diferentes perspectivas de abordagem dos documentos de arquivo, permeadas nas últimas décadas pela discussão do uso de suportes distintos dos tradicionais.

De um lado, temos o preceito da interferência e da fragmentação da unidade documental, a ser recuperada individualmente e, mais do que isso, em função de seus elementos de conteúdo. A prática arquivística aproxima-se da prática documentária e aponta para a situação-limite em que os documentos se destacam de sua origem, as informações se separam de seu contexto e os dados ganham autonomia em relação às informações. O arquivo tende a parecer-se com uma oficina de tratamento em que a informação de saída é distinta da de entrada, em que a informação fixa (que permanece constante para possibilitar a identificação dos documentos) convive com a informação variável (que assume diferentes valores ao longo de seu processamento). Estamos no reino da informática. A mutação do suporte, o modo cambiante de leitura dos dados e a independência do

dado isolado em relação ao contexto em que está inserido trazem para o arquivista novos problemas.

Na visão de Paola Carucci (1989, p. 37), o dado desvinculado de uma sequência historicamente determinada só é significativo no momento em que entra em relação com outros dados; o sistema informativo então se apresenta como um sistema de relações móveis, cuja eficácia depende da rapidez da destruição e atualização dos dados e da simultaneidade das operações de agregação e desagregação dos mesmos. Trata-se de uma realidade capaz de alterar, como alertou o canadense Jay Atherton (1985-1986), o próprio conceito de ciclo vital. Segundo este autor, a natureza e a volatilidade dos dados manipulados pelo computador não permitirão mais identificar estágios: a criação da informação deixa de ser o acontecimento pontual que se consubstancia nas tintas sobre o papel, e passa a existir como processo contínuo, sujeito a inúmeras alterações ao longo de seu uso administrativo. É nessa medida que se sugere que o conceito de forma, ou a configuração que assume um documento de acordo com seus diferentes estágios de transmissão, deva ser revisto. O mesmo acontece com o princípio da proveniência, diante das complexas redes de informação e das bases de dados interorganizacionais<sup>2</sup>.

Esta é a “arquivística do sentido”: aquela que procura atender às peculiaridades da documentação cujo conteúdo, registrado em suportes especiais, é acessível apenas por máquina; aquela que aproxima os arquivistas dos bibliotecários e documentalistas; aquela que, mesmo no gênero textual, coincide com a expectativa de muitos pesquisadores, desejosos de ver os arquivos ordenados com base em seus temas de interesse<sup>3</sup>.

Mas passemos ao outro lado, ao lado da “arquivística do metro cúbico ou linear”, para usar o pejorativo de Chomel. Pressupondo que o significado pleno de cada documento só se evidencia através do vínculo mantido com os outros documentos do mesmo arquivo e que o fundamental é entender o arquivo como conjunto indissolúvel de documentos necessariamente unidos entre si, os defensores mais veementes desta posição<sup>4</sup> chegam a negar, inclusive, que a arquivística seja considerada uma ciência da informação. Estamos diante do documento desprovido de autonomia, marcado pelo “caráter seriado” de que nos fala Antonia Heredia Herrera (1991). O arquivo não é resultado do ato voluntário ou caprichoso de alguém, mas a acumulação natural de uma atividade prática. É por isso que lhe cai tão bem a imagem do terreno sedimentado, do depósito com camadas, estratos e estruturas que só um olhar panorâmico pode distinguir (André, 1986).

---

<sup>2</sup> Katherine Gavrel (1990) chega a propor o emprego do termo “multiproveniência” para designar esta nova realidade.

<sup>3</sup> Pelo menos é o que denunciou Virginia C. Purdy (1983) em sugestivo artigo sobre a relação equivocada que os historiadores mantêm com os arquivistas.

<sup>4</sup> É o caso de Elio Lodolini (1988), na atualidade.

Curioso como tal postura diante do arquivo corresponde, no âmbito da historiografia (embora a preceda no tempo), à chamada abordagem antropológica do passado, a esta aspiração de surpreender os homens em seu ambiente ecológico, tecnológico, afetivo, simbólico etc. O problema das fontes se coloca aqui também em termos novos: não é tanto a relação que os documentos mantêm com o real que importa, mas o valor relativo dos documentos uns em relação aos outros, em meio a séries que permitam a análise comparativa dos dados (Bourdé & Martin, 1983, p. 218-219). É o abandono do conteúdo imediato, do objeto único, do anedótico, da informação como entidade particular. A singularidade se transforma em coisa insólita para dar lugar ao múltiplo e repetitivo, fatores responsáveis pela miopia voluntária que acometeu as ciências humanas nos últimos anos.

O fundamento teórico dessa atitude, na área arquivística, é o princípio da proveniência, garantia dos procedimentos que a podem colocar fora do terreno movediço da informação. Retomando a palavra radical de Lodolini (1988), “não é a informação contida no documento que interessa”; o trabalho do arquivista não é permitir aos especialistas de outras disciplinas encontrarem documentos úteis para sua pesquisa, como já tinha sido sugerido no famoso manual dos arquivistas holandeses, no final do século passado<sup>5</sup>. Toda recuperação baseada em assuntos é condenada, como condenada até mesmo a enumeração de documentos típica do catálogo, que na opinião de Lodolini equivaleria à destruição do arquivo como tal e à sua redução a mera soma de documentos. É como se os arquivos, respeitando o ponto de vista dos organismos de origem e seus procedimentos, não se ligando propriamente a nenhuma cadeia de uso, permanecendo equidistantes e neutros em relação a todas as utilizações possíveis, guardassem por função a de permiti-las todas. Na feliz expressão de Claudio Pavone (1986), em texto que aborda problemas de método, qualquer instrumento elaborado a partir de um critério temático é, necessariamente, seletivo e restritivo; somente a perspectiva estrutural ou funcional conservaria a polissemia intrínseca ao arquivo, garantindo seu uso por um número incomensuravelmente maior de consulentes.

Dentro dos parâmetros colocados pelos que defendem tais posições, a configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo não determina a maneira como deve ser tratado; é possível, por exemplo, estabelecer analogias entre a documentação informática e a documentação textual, atribuindo a ambas a condição de conjuntos orgânicos. A antevisão de uma administração sem papéis, contestada aliás pelo arquivista norte-americano Charles M. Dollar (1990), não tem necessariamente o significado de uma administração sem arquivos.

---

<sup>5</sup> “No arranjo do arquivo, os interesses da pesquisa histórica somente em segundo lugar devem ser atendidos” (Associação dos Arquivistas Holandeses, 1960).

Interessantes os caminhos encontrados por uma disciplina baseada em princípios (e não em regras) para atestar o seu rigor. Entre o sentido e o metro cúbico, entre a informação e as séries documentais consideradas como conjuntos, entre o único e o repetitivo, é inegável que está em jogo o próprio estatuto científico da arquivística.

## Referências

- André, J. (1986). De la preuve à l'histoire: les archives en France. *Traverses*, 36, 25-33.
- Associação dos Arquivistas Holandeses (1960). *Manual de arranjo e descrição de documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Recuperável em [http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual\\_dos\\_arquivistas.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf)
- Atherton, J. (1985-1986). From life cycle to continuum: some thoughts on the records management-archives relationship. *Archivaria*, 21, 43-51. Retrievable from <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11233/12172>
- Bourdé, G. & Martin, H. (1983). *Les écoles historiques*. Paris: Éditions du Seuil.
- Camargo, A. (1994). Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes. *Arquivo & Administração*, 15-23, 34-40.
- Carucci, P. (1989). *Le fonte archivistiche: ordinamento e conservazione*. Roma: La nuova Italia Scientifica.
- Chomel, V. (1975). Une autre archivistique pour une nouvelle histoire? *La Gazette des archives*, 91, 238-248.
- Delmas, B. (1987). Les nouvelles archives: problèmes de définitions. In *Les nouvelles archives. Formation et collecte. Actes du XXVIII<sup>e</sup> Congrès National des Archives Français* (pp. 178-183). Paris: Archives Nationales.
- Dollar, C. (1990). *The impact of information technologies on archival principles and practices: some considerations*. Washington (DC): NARA.
- Fraenkel, B. (1992). *La signature: genèse d'un signe*. Paris: Gallimard.
- Gavrel, K. (1990). *Conceptual problems posed by electronic records: a RAMP study*. Paris: Unesco. Recuperável em <http://www.unesco.org/webworld/ramp/html/r9012e/r9012e00.htm>
- Heredia Herrera, A. (1991). *Archivística general: teoría y práctica* (5<sup>a</sup> ed. actualizada y aumentada). Sevilla: Diputación de Sevilla. Recuperable em <https://pt.scribd.com/doc/81312961/a-General-Teoria-y-Practica-Antonia-Heredia>
- Jacob, C. (1986). La mémoire graphique en Grèce ancienne. *Traverses*, 36, 61-66.

- Kozine, Y. (1987). Technologies actuelles de mémorisation informatique à long terme. In *Les nouvelles archives. Formation et collecte. Actes du XXVIII<sup>e</sup> Congrès National des Archives Français* (pp. 125-129). Paris: Archives Nationales.
- Lodolini, E. (1988). El problema fundamental de la Archivística: la naturaleza y la ordenación del archivo. *Irargi*, 1 (1), 27-61. Recuperable en <http://eah-ahc.org/pdf/revista1.es.pdf>.
- René-Bazin, P. (1989). La création et la collecte des nouvelles archives. Actes du 11<sup>e</sup> Congrès international des Archives (Paris, 22-26 août 1988). *Archivum*, 35, 39-68.
- Pavone, C. (1986). Problemi di metodo nell'inventariazione, catalogazione, preparazione di strumenti di corredo degli archivi per la storia contemporanea. In *Gli archivi per la storia contemporanea: seminario di studi, Mondovi, 1984*. (pp. 149-154). Roma: Ministero per I Beni Culturali e Ambientali. (Publicazioni degli Archivi di Stato, Saggi, 7). Recuperabili in <http://www.archivi.beniculturali.it/pdf.php?file=Saggi/52fa2741e3922.pdf>
- Purdy, V. (1983). Archivaphobia: its causes and cure. *Prologue*, 15 (2), 115-119.